



Anais da Assembleia

Nº 116

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 02 DE OUTUBRO DE 1980

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA DA 115ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 02 DE OUTUBRO DE 1980

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Augusto Carneiro.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, José Domingos, José Tavares, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Rosário Pitelli, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi e Werner Wanderer (41); achando-se ausentes os Senhores Deputados Domício Scaramella, Cyro Martins, David Cheriegate, Egon Pudell, Francisco Escorsin, João Mansur, José Domingos Scarpellini, Jurandir Messias, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Trajano Bastos e Wilson Fortes (17). Em licença o Senhor Deputado João Elísio (1).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo passamento ocorrido nesta Capital, em data de 1.º de outubro do corrente ano, da Sra. ANA ROSA CARVALHO DE MELO.

A extinta era progenitora do Tenente Salvador Carvalho de Melo, e sogra dos Srs. Rolin Gonçalves, Prefeito Municipal de Jundiá do Sul e Oscarlino Muniz, funcionário público estadual aposentado.

Tal passamento consternou profundamente a sociedade curitibana, principalmente os residentes na Avenida Manoel Ribas, onde a mesma residia no número 419, da referida avenida, tendo em vista a grande estima, respeito e amizade que a extinta angariou durante sua vida no setor familiar e privado.

Requer ainda, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada, pelos Srs. Rolin Gonçalves, Prefeito Municipal de Jundiá do Sul, Tenente Salvador Carvalho de Melo e para o Sr. Oscarlino Muniz, ambos residentes nesta Capital, respectivamente nas ruas Mariano Torres n.º 698 e Cel. João da Silva Sampaio n.º 509 (Capanema).

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1980.

a) GABRIEL MANOEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, na forma regimental, após ouvido o competente Plenário, que seja inserido na ata dos trabalhos, desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do cidadão ALFREDO PIETROBELL, ocorrido ontem, dia 1.º, na cidade de Campina da Lagoa. Tal pedido se prende ao fato de que o extinto, quando em vida, sempre demonstrou conduta exemplar, sendo ele, um dos pioneiros daquele município.

Requer, outrossim, que do presente seja dado o devido conhecimento à família enlutada, no seguinte endereço:

Família Pietrobelli — aos cuidados do Prefeito Homero Vicente de Paula — Campina da Lagoa.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1980.

a) AUGUSTO CARNEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando as atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Assembleia, bem assim a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, do anexo editorial do jornal "GAZETA DO POVO", edição de 28 do corrente, sob o título "O PARANÁ CAMINHANDO PELOS RIOS".

A expectativa angustiante trazida pelos altos custos da energia baseada no petróleo e mesmo a possibilidade, cada vez mais presente, de racionamento daquele produto, tornam de extrema atualidade a matéria versada naquele editorial. Mais ainda, quando se tem em vista os vastos recursos hidrográficos de que dispõe o Paraná, fato que, naturalmente, deve ter motivado o interesse do Embaixador da Holanda, Dr. HEIN THEO SCHAAPVELD, no estudo de projeto visando a criação de um sistema de transporte fluvial em nosso Estado, face à importância que temos como grande produtor agrícola e pecuário.

Requer, outrossim, que do inteiro teor deste requerimento dê-se ciência ao Diretor da "Gazeta do Povo", Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, bem como a Sua Excelência o Sr. Embaixador da Holanda em nosso País, dando conta ainda de outra nossa proposição a esta Casa, também da data de hoje, no sentido de encaminhar sugestão ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para criação de Comissão Especial visando estudos para o aproveitamento de nossos caminhos fluviais.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1980.

a) ANTÔNIO FACCI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado sugestão no sentido de que seja criada comissão especial para o efeito de estudo de projeto técnico visando a criação de um sistema de transporte fluvial em nosso Estado.

Tal sugestão se faz mais palpitante quando se tem em vista os esforços do Governo Federal em encontrar alternativas que visam a diminuição do consumo de energia resultante do petróleo.

A utilização da imensa bacia hidrográfica paranaense, pela criação de um sistema de transporte fluvial, viria, naturalmente, de encontro aos anseios mais sentidos da Nação, contribuindo de maneira concreta à economia de divisas, constituindo-se a iniciativa em mais uma arrancada pioneira do Paraná.

A sugestão aqui esboçada visaria a criação futura de um Departamento Hidroviário, diretamente subordinado à Secretaria dos Transportes, portanto, órgão da administração centralizada, tendo por finalidade o desenvolvimento da navegação interior do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1980.

a) ANTÔNIO FACCI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam expedidos ofícios aos Excelentíssimos Senhores NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, ELIZEU RESENDE e NIVALDO DE ALMEIDA-NETO, respectivamente, Governador do Estado do Paraná, Ministro dos Transportes e Secretário dos Transportes do Estado do Paraná, no sentido de que sejam asfaltados os trechos da Estrada BR-487, que ligam UMUARAMA-ICARAÍMA e daí em demanda ao Estado de Mato Grosso do Sul.

A presente solicitação se faz necessária face às precárias condições que são oferecidas ao elevado número de veículos que percorrem transportando riquezas pela região.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1980.

a) FUAD NACLI

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. — (Ausente) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Ninguém está aguentando mais as desculpas ridículas do Governo, visando aumentar o preço da gasolina. Agora, a guerra entre Irã e Iraque está servindo para favorecer as manipulações de ordem econômica em nosso País. A inflação agora é a maior desculpa para a ganância. Até parece que a guerra no Golfo Pérsico foi encomendada pelos tecnocratas que governam o Brasil. Chegou na hora exata para fomentar novos aumentos e desencadear outra faixa de inflação, com resultados imprevisíveis e desastrosos.

O povo está cansado de ouvir o Ministro Delfim Neto justificar o injustificável. Para o Ministro há muito tempo os OBJETIVOS foram desprezados. Os meios são suficientes. O LINGUAJAR desses executivos já perdeu o objetivo. As palavras nada dizem, apenas tentam confundir, detonando sons e imagens bombásticas e magestosas. Mas, na prática tudo se torna rotina e tristeza.

Durante reunião com representantes de Associações de Supermercados o Ministro Delfim Neto declarou que os preços do petróleo não subirão demais. Falou ainda que estamos bem estocados de petróleo.

Uma tremenda contradição, pois a gasolina disparou com seu preço, enquanto fontes do Ministério das Minas e Energia declaram que estamos com problemas para importação do petróleo, já que nosso estoque está praticamente superado.

Em quem acreditar?

O desastre é total.

A GANÂNCIA é maior ainda.

O Governo fala em racionamento, mas a primeira atitude foi de subir o preço da gasolina (Cr\$ 45,00 o litro). Consequentemente sobe o preço do gás de cozinha, óleo diesel etc. O transporte fica mais caro, subindo também o preço de toda a

matéria-prima. Aumento geral. É a máquina funcionando mais uma vez, deixando o pobre mais pobre e o rico mais rico. Uma barbaridade!

MOTORISTAS DE TÁXI, ESSES COITADOS.

Ser motorista de táxi virou uma espécie de ponto de referência de sofrimento, uma medida de exploração. Os antigos motoristas criavam e formavam seus filhos. Atualmente, dificilmente viverão o suficiente para ver os filhos crescidos. Estão se equilibrando por milagre, com jornada de trabalho que vai de 14 a 18 horas diárias. Com o preço atual da gasolina, os motoristas só conseguem levar para suas famílias alguns trocados.

A rua, para eles, é um campo de batalha. Dificilmente o profissional do volante entra no bar e come um prato feito. Geralmente é um sanduiche e refrigerante. Além disso é preciso caçar o freguês.

Rodar vazio é uma constante, além do pesadelo diário de se preocupar com os miseráveis assaltantes.

TÁXI COLETIVOS.

Interessante. Muito interessante. No dia 13 de agosto eu encaminhei ao Prefeito Jaime Lerner farto material sugerindo a implantação de TÁXI COLETIVO em Curitiba, visando beneficiar a classe dos profissionais do volante. No documento, fiz várias sugestões. Os técnicos do Executivo Municipal responderam que não seria viável e apontaram dificuldades para implantar o sistema. Agora, o Ministro dos Transportes, com a Comissão Nacional de Energia de acordo, levou até o Presidente Figueiredo a "idéia" de implantar TÁXI COLETIVO nas cidades grandes.

Como pensa atrasada esta gente, que mentalidade!

E o que dizer daqueles que nem estudaram a idéia em termos de município, uma barbaridade, uma contradição, é um Governo perdido, ou talvez a caminho de um desastre total."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Comissão da Agricultura da Assembléia Legislativa do Paraná realizou, no dia dez de setembro, um debate sobre o problema da suinocultura do Paraná que, realmente, atravessa hoje uma das suas crises mais agudas, talvez mais difícil ainda do que há poucos anos atrás, quando inventaram a famosa peste suína que tanto prejuízo trouxe à suinocultura do Paraná.

E a Comissão da Agricultura do dia 10, reunida nesta Casa, extraordinariamente, além de contar com os Srs. Deputados, membros da Comissão de Agricultura, contou ainda com alguns Srs. Deputados de outras comissões, o Secretário de Agricultura de nosso Estado, o Presidente da Associação Paranaense dos Suinocultores, Representantes de Cooperativas de área de produção da Suinocultura do Paraná, Representantes dos núcleos das associações de Suinocultores do Paraná, o caso por exemplo do núcleo da região do Norte Pioneiro, do Norte do Paraná, da Região de Ponta Grossa, da Região Oeste do nosso Estado, e também do Sudoeste, além de técnicos da ACARPA, da EMATER, enfim, uma reunião em que procuramos trazer a esta Casa as pessoas mais credenciadas, não somente para falar sobre o problema suinocultura, mas também, produtores para falar dos seus problemas, daquilo que acontece com a suinocultura em nosso Estado.

Depois dessa reunião, fizemos então, juntamente com o Deputado Nelson Friedrich, uma compilação de todos os trabalhos apresentados, e que transformamos num requerimento que vamos nesta oportunidade ler, e o trabalho elaborado que, se aprovado, deverá ser encaminhado às autoridades adiante mencionadas. (Lê):

"REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Parlamentares que este subscrevem, no uso de suas atribuições, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o encaminhamento do documento em anexo, elaborado pela Comissão da Agricultura desta Casa de Leis, sintetizando os amplos debates realizados no Pequeno Auditório desta mesma Casa, dia 10 de setembro de 1980, sobre a suinocultura no Estado do Paraná e seus problemas, do qual participaram autoridades e representantes de órgãos relacionados com o tema abordado, aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República, Ministro do Planejamento, Ministro da Agricultura, Ministro da Fazenda, Presidente do Banco Central, Presidente do Banco do Brasil, Governador do Estado do Paraná, Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, Presidente da Federação da Agricultura do Paraná e Presidente da Associação Paranaense de Suinocultores do Paraná.

JUSTIFICATIVA:

A atual situação em que se encontra a suinocultura em nosso Estado, vivendo seus dias mais negros e atravessando a sua pior crise, decorrente de uma política de total desestímulo e insensibilidade para com o produtor.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1980.

aa) LÁZARO DUMONT

Presidente da Comissão da Agricultura

NELTON FRIEDRICH

Vice-Presidente da Comissão da Agricultura"

O SR. LÁZARO DUMONT – (Lé): “Entre as atividades do setor primário paranaense, a suinocultura representa um papel importante no sentido de geração de renda, o que ocorre geralmente através de pequenas propriedades.

No momento em que ela atravessa a sua pior crise, vêm à tona todas aquelas manifestações reivindicatórias do passado recente que estavam arquivadas, em sua grande maioria não atendidas.

O presente documento tem a finalidade de focar a conjuntura atual da suinocultura, demonstrando a sua importância dentro da agropecuária paranaense, na tentativa de obter para si medidas que, no mínimo, possam atenuar os graves problemas econômicos que ora afetam o setor. Sua elaboração é resultante de um amplo debate sobre a questão, em reunião realizada na Assembléia Legislativa do Paraná, dia 10 de setembro de 1980, convocada pela Comissão da Agricultura da citada Casa de Leis, da qual participaram: Titular da Secretaria da Agricultura do Paraná; Coordenador Estadual da EMATER/ACARPA; Representantes de diversos órgãos técnicos oficiais; Representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná e de Sindicatos de Trabalhadores Rurais; Representante da Associação Paranaense de Suinocultores e dos Núcleos dessa Associação nas cinco Regiões Produtoras; Representantes de Cooperativas das Regiões Produtoras; Deputados Estaduais de todos os Partidos e integrantes de outras Comissões Técnicas da Casa.

SITUAÇÃO ATUAL

A atividade suinícola do Estado se notabiliza por suas características de instabilidade e insegurança em dada instância, seguida de momento de euforia em razão de bons resultados econômicos obtidos posteriormente.

Em 1968 possuíamos um rebanho de suínos de 8.318.000 cabeças e, no ano seguinte, 1969, 8.625.000 (diagnóstico da Agro-Indústria do Setor de Suínos no Paraná - SEAG - fevereiro/76 - p. 4). Em 1970, tal rebanho era de 6.000.000 de cabeças, sofrendo uma redução de cerca de 32,0% em 1975, diminuindo o seu plantel para cerca de 4.200.000 cabeças (Prognóstico Agropecuário 77/78 - SEAG - p. 169). Atualmente, mercê de incentivos creditícios havidos no ano passado, o rebanho paranaense tentou se recuperar

de certa maneira, alcançando níveis um pouco superiores aos ocorridos em 1975.

Em termos do Valor Bruto da Produção, a suinocultura está participando com cerca de Cr\$ 4.452.000.000,00, correspondendo a 2,75 do total do setor agropecuário paranaense.

Embora não possa ser comparada com culturas de exportação (café e soja), em termos de representatividade econômica, a mesma se reveste de importância, tendo-se em vista o aspecto social, porquanto aproximadamente 200 mil famílias se dedicam diretamente à atividade de criação, com a esmagadora maioria de pequenas propriedades.

Em que pese tal número, acha-se atualmente em franca diminuição, em razão das dificuldades passadas pelo setor, ocasionadas basicamente pela escassez do milho, alto custo de produção, podendo-se acrescentar a tantos outros fatores a tão propalada peste suína africana, responsável pelos reflexos altamente negativos, acarretando inúmeros e intransponíveis obstáculos para a exportação.

Analisando-se a suinocultura em termos mundiais, o Brasil se coloca na quarta posição. A nível nacional o Paraná é o primeiro colocado, posição seriamente ameaçada pela total falta de estímulos satisfatórios e insensibilidade para o setor, a tal ponto que corremos o risco de presenciarmos a transformação de uma produção tão representativa para uma suinocultura meramente de subsistência.

É preciso que se analise o problema dentro de sua mais crua realidade.

De fato, a situação atual não deixa qualquer perspectiva de melhores dias para a suinocultura do Paraná. A continuar com a atual política, antevê-se para a suinocultura a sua extinção, conforme aconteceu no passado com a borracha e está ocorrendo com o café em nossos dias.

A situação é desesperadora e esse desespero está estampado nas feições de cada produtor, tornando visível a repetição do desastre do ciclo da própria suinocultura e do setor agrícola em geral.

As autoridades são unânimes no ponto de vista de que a suinocultura está atravessando uma fase alarmante sob todos os aspectos, pois, segundo palavras textuais do Secretário da Agricultura do Paraná, Sr. Reinhold Stephanes, “em termos de perspectiva e método de suinocultura no Paraná, vai depender basicamente da solução dos atuais problemas. As perspectivas no momento não são boas, porque, como todos sabemos, os custos de produção, que no ano passado se situavam numa margem boa em relação aos preços, este ano se inverte. Nós tivemos um aumento do custo de produção, chegando nossos cálculos a quarenta e cinco cruzeiros por produção, e o preço de venda trinta e nove cruzeiros. Isto está levando a um abate maior de matrizes, um abate maior de suínos, aumentando ainda mais a oferta e, basicamente, outros problemas estão surgindo, pela falta de evolução do preço, em virtude de darmos uma oferta maior do que aquilo que o mercado pode absorver. Tivemos nesses dois últimos anos o crescimento acumulado de 19% no rebanho, o que significa que ele vinha se desenvolvendo bem e chegamos agora no ponto de estrangulamento, onde, exatamente, temos uma oferta maior do que aquilo que o mercado pode absorver e, à medida que o preço está caindo nós estamos ofertando mais, porque estamos começando a empurrar matrizes e suínos semi-terminados”.

Que fatores estariam determinando perspectivas tão negras para a suinocultura paranaense?

1.º CRÉDITO:

Este é o aspecto que tem recebido muitas críticas. Conforme informações colhidas junto ao setor, o crédito não está cumprindo a verdadeira função ditada pela legislação que diz:

“O crédito deve ser adequado, suficiente e oportuno”.

Contudo, são enormes as dificuldades enfrentadas pelo

pequeno produtor para a obtenção de financiamentos bancários, devido à morosidade na liberação e preterição em favor dos grandes produtores.

Há necessidade de aumento dos recursos através da CFP, na verba Pró-EGF, para que as cooperativas adquiram o milho por ocasião das safras, bem como limitado o crédito aos suinocultores tradicionais. E, ainda, o fornecimento de crédito às cooperativas, para que possam ampliar o potencial frigorífico, incrementando o abate e absorvendo os animais ofertados no mercado.

2.º CUSTOS DE PRODUÇÃO:

Na região produtora de suínos, hoje, o custo de produção é de Cr\$ 52,65. Tal custo no início de agosto era de Cr\$ 45,09. Mas, o preço de comercialização continua igual ao do mês de janeiro do corrente ano, isto é, Cr\$ 39,00. Pelo exame destes números vê-se, claramente, que não é possível continuar nesta situação. O porco está chegando ao consumidor a um preço proibitivo. O produto colocado nas prateleiras de um supermercado chega a custar três a quatro vezes mais do que o valor recebido pelo produtor. Onde está a diferença?

3.º INTERMEDIAÇÃO:

A intermediação chega a ser espoliativa. Causou espécies o pronunciamento do Excelentíssimo Senhor Presidente da República pedindo aos produtores agrícolas que diminuam seus lucros, objetivando uma oferta mais barata dos alimentos ao povo, esquecendo-se que entre o produtor e o consumidor existe a figura sinistra do intermediário. Pois, vale repetir, o criador vende a Cr\$ 39,00 o quilo e o consumidor paga Cr\$ 140,00/180,00. É basicamente na intermediação que a ação governamental deve ser incisiva e reguladora.

4.º PREÇOS MÍNIMOS:

Para amenizar os custos de produção, deveriam ser estabelecidos critérios para definição dos preços mínimos, após amplos debates com a classe produtora. E, como ponto de partida, deveria ser respeitada uma margem de rentabilidade de 30% além do custo de produção, conforme assegura o Estatuto da Terra.

5.º MERCADO INTERNO E EXTERNO:

No que tange ao mercado interno, deveria ser desenvolvida uma ação imediata de ampliação do consumo interno de carne de suíno e seus derivados, mediante campanhas publicitárias e incentivos outros, inclusive tributários.

Compra do excedente de produção atualmente existente no mercado, por um preço compensador. Sugere-se também que este excedente seja destinado à comercialização, através do aumento do consumo de carne de porco nos órgãos e instituições mantidas pelo Governo e através da distribuição pela Rede Somar, principalmente nas periferias dos grandes centros urbanos.

Difundir no hábito alimentar o uso de carne de porco, derrubando o preconceito de que a mesma faz mal à saúde e procurando, inclusive, realçar as suas vantagens.

No que diz respeito ao mercado externo deve ser estimulada a exportação da carne de suínos através da adoção de medidas eficazes e imediatas de divulgação no exterior e de contatos com importadores potenciais. Deve ser adotada, de pronto, uma política mais agressiva, com o restabelecimento imediato da exportação da carne de suínos.

6.º DEFESA SANITÁRIA ANIMAL:

Por unanimidade, os produtores defendem o retorno da vacina cristal violeta e a sua permanência no mercado, não só em razão do custo, como pelos seus efeitos altamente benéficos, utilizadas em países como a URSS.

Nesse sentido, pede-se a revogação da Portaria 190/78, com o retorno da vacina cristal violeta, adaptando-a às exigências da agropecuária brasileira e não a interesses de grupos.

No tocante à Engenharia Genética, pede-se um maior controle por parte dos órgãos do Governo Federal sobre a sui-

nocultura, não permitindo que aquela fique nas mãos de grupos internacionais, a exemplo do que vem ocorrendo com a avicultura.

Finalizando, queremos deixar bem claro, que, face à situação de total abandono por parte dos órgãos Governamentais, caso não sejam tomadas imediatas medidas objetivando soluções definitivas para os problemas suscitados, os suinocultores do Paraná irão partir para uma ação semelhante à dos produtores de soja, no Rio Grande do Sul, isto é, farão mobilizações públicas para ver se, desta forma, as autoridades atentarão para a necessidade de uma definição, uma mudança na política suinícola, voltada para os interesses do produtor e do consumidor. Assim, não se poderá mais tarde alegar desconhecimento, pois, enfatizamos, os suinocultores, cansados de promessas e de esperar, estão tomando suas iniciativas, numa atitude mais que natural de auto-defesa."

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Lázaro Dumont, esse trabalho efetivamente traduz não um anseio, mas quase que o desespero de toda uma categoria produtora deste Estado.

É evidente que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em aprovando o requerimento ora encaminhado, bem como toda essa justificativa, estará dando uma contribuição maior exatamente porque, se temos quase 200 mil famílias neste Estado, dependentes diretamente da atividade suinícola, é inadmissível a maneira como este setor da economia está sendo tratado.

E esta Assembléia, no momento em que a Comissão de Agricultura, reunindo produtores, lideranças do setor, representantes de cooperativas, o próprio titular da Secretaria da Agricultura, políticos de diversos partidos, na verdade, está colocando claramente a decisão nas mãos das autoridades maiores deste País, porque aqui não se fala mais numa posição do Deputado Lázaro Dumont, ou do Deputado Nelson Friedrich, ou de qualquer outro.

É a posição do Estado do Paraná.

E esta manifestação uníssoma, está traduzida neste documento, precisa de respostas, mas respostas concretas, porque, por exemplo, este caso da intermediação espoliativa, nós vemos o suinocultor, hoje, trabalhando na faixa vermelha, com prejuízos, vendendo o produto a quarenta cruzeiros o quilo, mas nós, quando vamos consumir no mercado, estamos lá pagando cento e quarenta até cento e oitenta cruzeiros. E esta intermediação espoliativa não é atacada, não é esmagada, não é controlada, muito menos regulada.

Mas, além disso, o que nós podemos dizer, quando o Ministro da Agricultura participa de uma Festa da Soja, como aconteceu em maio deste ano, na cidade de Palotina, e lá estávamos quando, através do seu pronunciamento ouvíamos a certeza de que, em uma semana, a suinocultura brasileira teria preço mínimo.

Já se passaram inúmeras e inúmeras semanas, e nem se fala mais em preço mínimo para a suinocultura.

Por isso, Deputado não querendo alongar este aparte, fico contente em ver que esta Assembléia Legislativa tomou uma decisão unida, clara, porque está falando pela voz do Paraná, não por este ou aquele Partido, e o que é importante é que nós exatamente tenhamos que pressionar, para ver se os resultados chegam. Porque, os suinocultores estão cansados, trabalham para o intermediário e para a indústria. E o lucro que ele deveria ter que deveria ser o mínimo, não mais existe, porque ele está trabalhando inclusive com prejuízo.

Muito obrigado pelo aparte, e oxalá movimentos desta espécie possam se repetir nesta Assembléia.

O SR. LÁZARO DUMONT — Agradeço o aparte de Vossa Excelência que veio, sem dúvida nenhuma, além do re-

forço, abrihantar ainda mais o nosso trabalho. Trabalho nosso do qual Vossa Excelência participa.

Sr. Presidente, aproveitando ainda os minutos que me restam, e com o apoio da Liderança do meu Partido, o que é muito importante para mim, gostaria de ler um telegrama, depois um requerimento.

Recebi o telegrama, hoje, às 10 horas da manhã, nos seguintes termos. (Lê):

“Comunicamos seqüestro Presidente Sindicato Trabalhadores Rurais Petrolândia - PE. vg Vicente da Costa Coelho vg manhã hoje vg por elementos ditos Polícia Federal pt Na sede Sindicato vg dirigente foi interrogado sobre sua atuação área vg insultado et ameaçado morte vg depois local ignorado pt Veículo Sindicato apreendido et conta bancária bloqueada pt Mais essa violência atinge Movimento Sindical Trabalhadores Rurais vg pedimos companheiros manifestem repúdio et exijam autoridades localização e imediata liberação dirigente seqüestrado.

José Francisco da Silva - Presidente/CONTAG.”

O requerimento é o seguinte, Sr. Presidente. (Lê):

“O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República, Ministro da Justiça e Governador do Estado de Pernambuco, um voto de protesto ao seqüestro do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolândia, Estado de Pernambuco, Sr. VICENTE DA COSTA COELHO, ocorrido na manhã de hoje, 2/10/80, por elementos ditos da Polícia Federal, rogando ainda seja o referido dirigente sindical localizado e imediatamente liberado.

JUSTIFICATIVA:

Na manhã de hoje, 2/10/80, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolândia, Estado de Pernambuco, Sr. Vicente da Costa Coelho, foi interrogado na Sede do Sindicato por elementos ditos da Polícia Federal, os quais, após procurarem saber sobre a sua atuação, começaram a insultá-lo e a ameaçá-lo de morte. Em seguida foi levado a local ignorado, no próprio veículo do Sindicato, sendo, ainda, bloqueada a conta bancária da já citada entidade sindical. Tal atitude é revoltante e provoca um impasse na tão propalada abertura democrática, razão pela qual rogamos a imediata localização e liberação do dirigente sindical seqüestrado.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1980.

a) LÁZARO DUMONT”

Era só, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa registra, com satisfação as presenças dos Srs. Arlindo Ribas de Oliveira e Júlio Rocha Xavier.

A Mesa consulta à Liderança do PDS se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. ADALBERTO DAROS — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Com a palavra o Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós, na tarde de hoje, ocupamos a tribuna desta Casa, para falar em nome e a pedido de um companheiro de bancada que se encontra hospitalizado: o nobre Deputado Domício Scaramella, 2.º Secretário desta Casa.

O nobre Deputado Domício Scaramella tem, durante todos os anos que aqui presta os seus serviços ao povo do Paraná, procurado demonstrar a sua maneira de ser, com um trabalho que todos conhecem. Mas, tem, por iniciativa própria, todos os anos, procurado relembra fatos que marcaram a História de

nosso País.

Assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, passo a ler um pronunciamento que deveria estar sendo feito, nesta oportunidade, pelo meu companheiro de bancada e nosso companheiro, aqui na Assembléia, o Deputado Domício Scaramella.

Diria o Deputado Domício Scaramella nesta oportunidade. (Lê):

“Ocupamos a tribuna desta Casa, em data de hoje, para falar de um fato histórico que marcou uma nova era em nosso País, trata-se da REVOLUÇÃO DE 1930, no ano de seu CINQUENTENÁRIO.

Queremos abordar em nosso pronunciamento a Revolução de 1930, para registrar nos Anais deste Legislativo acontecimentos da época e que estão inseridos na História do Brasil e devem ser lembrados, pois marcaram um novo período na história da Nação.

Com o pleito de 1.º de março, encerrou-se a fase de propaganda eleitoral. Tanto aquela como as apurações levadas a efeito pelo Congresso Nacional constituíram a maior farsa de que há memória nos anais políticos do Brasil. Já então a idéia revolucionária espalha-se dominadora por todo o País, empolgando a grande maioria das consciências, e o movimento de revolta tornara-se nacional e irresistível.

No final de 1929, já havia quase dois milhões de desempregados por todo o País. A profunda crise mundial deflagrada pelo “crash” da Bolsa de Nova Iorque, com graves consequências para a economia brasileira, tinha deixado um triste saldo: 579 fábricas haviam fechado as portas em São Paulo e Rio de Janeiro, as demissões em massa faziam crescer assustadoramente o número de desempregados, o problema atingia um volume de convulsão social e desorganização de toda a vida brasileira se acentuava a níveis até então nunca vistos, colocando o Governo Washington Luiz diante da maior crise da história da República. O pânico se alastrava entre os fazendeiros; a fome e o desemprego assombravam o povo.

Desde o Governo Campos Salles (1898-1902), São Paulo e Minas alternavam-se quase sempre no poder. Era a conhecida política “café com leite”. Pela “lógica” dessa política, o sucessor de Washington Luiz (1926-1930) deveria ser um mineiro. Mas o presidente muda as regras do jogo ao lançar, em 1929, a candidatura do paulista Júlio Prestes, apoiado pelo Partido Republicano de São Paulo e pela maioria dos PRs dos outros Estados. A máquina eleitoral, liderada pelos cafeicultores em crise, preparava-se para manter os paulistas no poder. Ter o comando do governo federal era uma garantia de sobrevivência.

A chapa oficial, com o nome de CONCENTRAÇÃO CONSERVADORA, será composta por Júlio Prestes e Vidal Soares, e apresentava uma plataforma de governo baseada na continuidade de administração de Washington Luiz. Com a séria crise que atravessava o País e o intenso descontentamento da população, existiam todas as condições para outro partido político disputar o poder com o PR paulista. Importantes setores dos PRs de Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba opunham-se à situação. Surge, assim a Aliança Liberal, lançada pelos oligarcas descontentes desses Estados, com GETÚLIO VARGAS (gaúcho) e JOÃO PESSOA (paraibano), candidatos respectivamente a Presidente e Vice-Presidente.

A Aliança Liberal também recebe o apoio das classes médias urbanas e de oligarcas insatisfeitos. Porém, se os tenentes pretendiam reformas sociais e econômicas que melhorassem as condições de vida dos brasileiros, para os oligarcas era apenas uma questão de mudança dos grupos no poder e a tentativa de evitar uma revolução.

A violência marcou o clima das eleições; em Montes Claros, Minas, morrem quatro pessoas e quatorze são feridas em um comício da Concentração Conservadora. Em Vitória, com a chegada da Caravana Liberal, morrem sete pessoas.

"Culminando o clima de tensão e violência da campanha eleitoral, no começo de 1930, é perpetrado na Câmara Federal -RJ, o primeiro assassinato político dentro do Parlamento no Brasil; o Deputado Souza Dantas, governista, é morto a tiros pelo Deputado Simão Lopes. O País está em crise. A Aliança Liberal promete aos tenentes revolucionários dos anos 20, reforma agrária e proteção ao café. A questão social é enfatizada: deve ser assegurada aos operários a conquista das oito horas de trabalho, dos salários mínimos; a proteção das mulheres e dos menores, para que não se continue a ofender os brios morais dos nossos trabalhadores, com a alegação de que problema social é um caso de polícia".

Em primeiro de março de 1930, foram realizadas as eleições. Apuradas as urnas, vence o candidato governista, Júlio Prestes, com mais de um milhão de votos, contra 737.000 para Getúlio Vargas. A Aliança Liberal estava derrotada, não conseguiu desbancar a máquina eleitoral montada pelo governo em 17 Estados. A fraude, praxe da época, dominou o pleito.

Com as eleições perdidas nas urnas, só restava à Aliança Liberal um único caminho, a "Revolução", porém nem todos se dispunham a caminhar nas trilhas conspiratórias. Entretanto, líderes políticos de Minas Gerais (Antônio Carlos), do Rio Grande do Sul (Getúlio), os tenentes revolucionários da Coluna Prestes - Miguel Costa e chefes dos levantes de 1922 e 24, já conspiravam contra o Governo Federal. O ideal dos tenentes era a "moralização" do aparelho de Estado e o fim da política dos governadores.

O assassinato de João Pessoa pôs por terra as últimas vacilações da Aliança Liberal quanto a uma ação revolucionária. O comando das hostes aliancistas passa à ala mais radical de oligarquia de oposição. E assim, após sucessivas protelações, no dia 3 de outubro de 1930, em manobra articulada entre o Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais, estoura a inevitável insurreição.

Em Porto Alegre, os combates iniciam-se às 17:30 horas no fim do expediente dos quartéis, com bombardeios e assaltos a unidades militares. Até às 2:00 horas, todos os quartéis estavam dominados, e a Aliança Revolucionária assumia completamente o controle da cidade.

Já no dia 4, em Minas Gerais, onde o governo local também apoiava a Revolução, o Movimento irrompeu à mesma hora que em Porto Alegre, e com idêntico sucesso.

Na Paraíba, a ação é retardada em algumas horas, mas com o raiar do dia 04 de outubro, os tenentes tinham o controle civil e militar de todo o Estado.

Consolidadas as posições, a sublevação se irradia do Rio Grande do Sul, no dia 5, parte uma ofensiva em direção a Santa Catarina e Paraná. Em Santa Catarina, surge uma pequena reação, logo sufocada pelo Exército. No Paraná, o Exército depõe o Governo constituído.

No Norte, sob o comando de Juarez Távora, descem colunas que marcham sobre os Estados vizinhos, cujos governadores fogem à simples aproximação das forças rebeldes. No Recife, o Governador tenta resistir, mas é pulverizado no fim do dia 5. Tomada a capital pernambucana, uma coluna segue para Bahia. Para lá também segue parte da força rebelde mineira.

Em Itararé, cidade paulista limítrofe com o nosso Estado, as forças revolucionárias que subiam do Sul, sob o comando de Miguel Costa, viram-se diante de uma das maiores concentrações militares dos governistas: 6.200 apoiados por aviões e quatro canhões. Seu comandante era o Coronel Paes de Andrade, que tinha a seu favor a posição favorável da cidade que defendia que que ficava sobre um alto penhasco escavado pelo Rio Itararé. Do outro lado, havia uma superioridade em efetivos e poder de fogo.

Sob as ordens de Miguel Costa, marchavam 7.800 homens apoiados por 18 canhões mais poderosos e modernos. Com seu QG em Sengés, próximo a Itararé, o comando revolu-

cionário articulava o ataque, dividindo as tropas em quatro grupos de assalto. Após quase vinte dias de tensão, as tropas revolucionárias dominam a fazenda "Morungava", onde haviam se aquartelado os governistas que recuam para a cidade.

A essa altura, dia 24, era iminente a destruição da cidade de Itararé. Prevendo um massacre, Paes de Andrade consulta seus superiores e recebe destes a ordem de defender a cidade a qualquer custo.

E ele marca para o dia seguinte a desesperada tentativa.

Logo de manhã, um emissário dos revolucionários, portando uma bandeira branca, traz um ultimato: exige rendição incondicional. Paes de Andrade recusa. O emissário argumenta que há fatos novos e que o Presidente Washington Luiz havia sido deposto no dia 24, e não havia razão para o confronto.

O País está sob o comando de uma junta governista composta pelos ministros militares. Acabou a batalha de Itararé, "a que ficou conhecida como a que não houve". Pela cidade disputada por 19 dias, passa o trem conduzindo a comitiva vitoriosa de Vargas, rumo ao Catete.

Em São Paulo, logo começaram a chegar as primeiras notícias do sucesso dos aliancistas, a população tomou as ruas numa demonstração de apoio aos revolucionários.

Prudentemente, o próprio Júlio Prestes, Presidente eleito, e que jamais tomaria posse, seguiu para a Embaixada da Inglaterra. Assim, foi num clima de liberação de velhas frustrações, que, no dia 29 de outubro, a Revolução já vitoriosa, chegou a São Paulo, o comboio que conduzia Getúlio Vargas e seus companheiros de armas.

Durante a permanência em São Paulo, Vargas tomou uma providência fútil: nomeou o Coronel João Alberto para as funções de Delegado Executivo da Revolução no Estado, e entregou-lhe o Governo às 11 horas da noite do dia 30, sempre aclamado, seguiu ao Rio de Janeiro.

Vargas permaneceu no poder até 1945. Foi um período difícil. Sucessivas crises aconteceram neste período, ocorrendo ainda as agressões que nos levaram ao conflito mundial.

O grande líder revolucionário de 1930, volta novamente ao poder, em 1950, desta vez nos ombros do povo que através das urnas em eleições livres, homologou o nome de Vargas para mais um período de governo.

Repetindo o sucesso administrativo da época, Vargas, vislumbrando o que poderia se constituir no maior problema para o Brasil, no futuro, criou, através da Lei 2004, de 03 de outubro de 1953, a PETROBRÁS, como monopólio estatal do petróleo e que hoje completa 27 anos".

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) No horário reservado à Liderança, concedo a palavra ao nobre Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. (Lê): "Para o meu Governo, a educação será prioritária. Daí o nosso amor aos que exercem, em todos os níveis, misteres educativos. A nossa consideração aos professores e aos estudantes que, sei muito bem, constituem um patrimônio vivo de uma Pátria que merece ser sempre mais feliz".

Parte do discurso proferido pelo General Ney Braga, ao assumir o Governo do Estado.

Palavras que não saíram do papel; promessas que não estão sendo cumpridas.

O professorado do Paraná continua de chapéu na mão, implorando, exigindo seus direitos. E o Governo do Estado continua iludindo, mentindo, frustrando, produzindo ilusões com números orçamentários demagógicos e irreais.

A "Página da Educação", sob responsabilidade da APP, APLP e APMP, levanta a ponta do véu com a matéria: -

"A Trapaça dos Números". Eis alguns trechos:

"Neste País e especialmente neste Estado, o número deixou de ser real e qualitativo, para transformar-se em cifras quantitativas, vazias de conteúdo. De que adianta falar, por exemplo, em 25 por cento do orçamento estadual à educação, se a maior parte desses 25 por cento se destina ao jogo demagógico dos que manipulam a política educacional? Será que o atual Governo vai adotar a mesma demagogia do anterior, usando seus Secretários e políticos palacianos para fazerem, na imprensa, o jogo da enganação e da confusão? Os professores saberão dar a resposta. A população e os pais dos alunos saberão reagir ante mais esta tentativa de "lavagem cerebral". Pode ter o Governo meios de manipular a imprensa, mais jamais enganará a população para sempre.

Os professores exigem as quatro reivindicações básicas e repudiam a mesquinhez e a trapaça dos números, das cifras, dos gráficos, dos percentuais forjados, dos milhões desviados para o que é secundário, escamoteando o essencial, que é a interação harmoniosa professor-aluno".

Sobre o Reajuste Semestral, os professores fazem um apelo dramático, contundente, um verdadeiro grito de alerta: "Por que os professores não têm reajustes semestrais? Porventura comem menos, andam nus, não necessitam de moradia, não pagam impostos, não têm filhos para criar e educar, não necessitam de condução para ir e vir do serviço?

Mas a resposta do Governo não tardou. Hoje, os jornais destacam a entrevista do Secretário da Educação, Edson Machado de Souza, que nos últimos dias tem percorrido o interior, o que não deixa de ser um fato dramático.

O Senhor Secretário informou, em Londrina, que os quatro pedidos básicos dos professores do Estado não serão atendidos pelo Governo, "POR SEREM INACEITÁVEIS E CONTRADITÓRIAS".

Inaceitável, é a presença do Sr. Edson Machado no cargo de Secretário de Educação. Onde a contradição? Exigir piso salarial de três mínimos, partindo-se daí para os reajustes semestrais, é uma forma contraditória de reivindicar?

Durante a entrevista na Universidade Estadual de Londrina o Secretário da Educação aproveitou para fazer um alerta à classe, que está disposta a paralisar as atividades na reunião do dia 05, em Ponta Grossa, dizendo: "TENHO A IMPRESSÃO QUE A CLASSE ESTÁ SENDO LIDERADA POR PESSOAS COM OBJETIVOS POLÍTICOS E CONTESTATÓRIOS".

Primeiro, é bom lembrar ao Sr. Secretário, que as Diretorias da APP, APLP e APMP, são eleitas democraticamente, pela própria classe. Tudo é resolvido em assembléia, às claras, de portas abertas, ao contrário dos donatários da capitania paranaense, que não foram eleitos pelo povo e que decidem em gabinetes bonitos e confortáveis, às portas fechadas.

E mais: qual a finalidade da viagem do Sr. Secretário às cidades do interior?

Por que essa preocupação em visitar o interior, justamente na semana da assembléia marcada para Ponta Grossa, onde será discutida a Proposta de Greve?

Ocorre que o Sr. Edson Machado, como homem bem mandado, está percorrendo o interior, tentando esvaziar o movimento, pois o Governo sabe que a mobilização dos professores é de nível estadual, e ganha corpo a cada dia que passa.

O Sr. Edson Machado parece que esqueceu das vaias que levou no Encontro Educativo de Pato Branco.

Em Cascavel o Sr. Secretário esteve na sub-sede da Associação dos Professores do Paraná, acompanhado pelo Prefeito Municipal e pelo Deputado que representa a corrente do Chefe do Executivo, convidando a secretária a participar de um jantar. É uma forma rasteira de intimidar, de pressionar.

É isso que o Sr. Edson Machado anda fazendo no interior. Com atitudes intimidativas, ele pensa que vai desarticular o movimento estadual dos professores. Puro engano. Atitudes

assim só servem para desmoralizar o Secretário da Educação.

O Governo do Estado tem usado toda a sua máquina político-financeira para pressionar os professores. E o Sr. Edson Machado, surge como líder dos comandos políticos do interior.

O que o Sr. Secretário deveria saber, é que os professores preferem morrer lutando por uma causa justa, do que morrer de fome.

Ameaças não assustam. Afinal, com o salário de fome que ganha, o professor não tem nada a perder.

Os cinquenta mil professores do Paraná, vão estudar no próximo dia 05, em Ponta Grossa, a Proposta de Greve, proposta que partiu dos próprios professores.

Vandré dizia: "Muita luta já perdi, muita esperança gastei. Até medo já senti. E não foi pouquinho, não, mas fugir, nunca fugi".

Os professores do Paraná estão aí, sem medo, mobilizados, carregados de esperança e de justiça".

Faço uma indagação a todos aqueles que acompanham a questão da educação neste Estado do Paraná; entre outros problemas graves do setor da educação, quando e no que a intervenção do Sr. Secretário acrescentou algum esclarecimento, propôs uma solução a um problema realmente importante?

Se o Secretário de Estado da Educação veio para o Paraná, precedido de um estágio de especialista em educação em Brasília, não seria de esperar que Sua Excelência trouxesse um cabedal de experiências, que enfrentasse resolutamente os problemas da educação do nosso Estado?

Entretanto, sabemos que os dois principais problemas da educação, aqui e no mundo inteiro...

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? O SR. FIORI LUIZ — ... são a situação e as condições dos professores e dos alunos.

Gostaria que alguém dissesse alguma coisa importante feita pelo Secretário, a respeito do problema professor-aluno.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FIORI LUIZ — Os professores estão contra ele, contra o Secretário da Educação, e os alunos ainda não podem falar por si mesmos.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa faz um apelo ao Deputado Gabriel Manoel. Encontra-se na tribuna o nobre Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Creio, Sr. Presidente, que o Secretário da Educação, se fizer uma análise conscienciosa de seu trabalho, acabará por solicitar a sua demissão do cargo, permitindo que o Governador do Estado nomeie pessoa mais habilitada, mais competente, para resolver a questão da educação no Estado do Paraná.

Era isso, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa faz um apelo ao serviço de som.

A Mesa consulta a Liderança do PP, se deseja fazer uso de seu horário. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 59/80, de autoria do Deputado FIDELCINO TOLENTINO, que torna obrigatório o registro diário da análise do leite empacotado vendido no Paraná, bem como sua divulgação, no primeiro dia útil de cada mês, pela Secretaria de Saúde e Bem Estar Social. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 59/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — A Secretaria da Saúde e Bem Estar Social deverá manter Livros próprios para Registro de Análise do leite empacotado dos diversos tipos e marcas vendidos no Estado do Paraná.

Parágrafo único — Nos referidos Livros deverão ser anotadas, diariamente, a análise dos diversos itens da composição exigidos por lei.

Art. 2º — A análise de que trata esta lei, poderá ser procedida pela própria Secretaria da Saúde, pelo sistema de amostragem, ou recebida de outros órgãos credenciados, quer municipais, estaduais ou federais.

Parágrafo único — Para os efeitos deste artigo, fica autorizado o Poder Executivo a firmar os convênios que se fizerem necessários.

Art. 3º — No primeiro dia útil de cada mês, deverão ser publicadas, obrigatoriamente, no Diário Oficial do Estado, pela Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, sob o título "RESUMO DA ANÁLISE DO LEITE", abaixo da marca de cada produto cujas análises forem registradas, três (03) colunas distintas, contendo a primeira delas, o menor índice encontrado no mês; na segunda, o maior índice; e, na terceira, o índice médio dos seguintes itens, entre outros que possam ser divulgados:

a) DO EXAME BROMATOLÓGICO:

1. Densidade a 15 graus centígrados
2. Gordura (percentual)
3. Acidez (em graus)
4. Extrato seco (percentual)
5. Resíduo mineral fixo (percentual)

b) DO EXAME BACTERIOLÓGICO:

1. Contagem total de bactérias (48 h a 27º C)
2. Contagem total de coliformes (NPM/ml)
3. Contagem total de Escherichia coli (NPM/ml)
4. Contagem total de bolores e leveduras
5. Pesquisa de Staphylococcus aureus
6. Pesquisa de Salmonella (em 25 ml).

Art. 4º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1.980

a) Fidelcino Tolentino.

JUSTIFICATIVA:

O problema da qualidade do leite já é muito antigo.

Após a revolucionária técnica da pasteurização, quando o leite passou a ser empacotado, a população de nosso Estado conheceu um breve período de higienização desse produto.

Infelizmente, o descuido e outros fatores já denunciados por diversos brasileiros, entre os quais o renomado jornalista David Nasser, fizeram com que a produção do leite viesse a causar sério prejuízo à população de nosso País.

A desnaturalização desse alimento teve a sua pior fase quando se implantou a diferenciação dos tipos "A", "B" e "C", respectivamente.

Hoje, os nomes mudaram, e surgiu até mesmo o tipo "Especial", mas, na realidade, não temos, para a alimentação de grande parcela da população brasileira, sequer o chamado leite magro, com apenas 2% de teor de gordura.

O preço do leite, com 2% e 3,2%, de teor de gordura, no momento, é de Cr\$ 12,00 e Cr\$ 19,00, respectivamente, valor inacessível para a maior parte dos trabalhadores brasileiros.

Como se não bastasse, essa qualidade, geralmente é denunciada pela população e pela imprensa.

Daí nossa preocupação ao elaborar-mos o presente Plano

de Lei, com a finalidade de fazer com que a composição dos diversos tipos e marcas de leite seja divulgada periodicamente pela Secretaria da Saúde do Estado.

Esse fato fará com que as populações servidas do precioso líquido possam conhecer melhor o alimento que é servido diariamente em suas mesas, e, dado o seu alcance popular, auxiliar-nos e defender todos os consumidores desse produto, contra eventuais fraudes ou atentados prejudiciais à saúde do povo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 59/80

PARECER:

Segundo a esclarecedora justificação formulada pelo ilustre autor, o projeto em linhas gerais, visa assegurar a divulgação periódica da composição dos diversos tipos e marcas de leite, por parte da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social.

O ângulo constitucional e legal da iniciativa parece-nos incontroverso, visto como as suas normas não conflitam com qualquer dispositivo ou diploma do nosso direito legislado.

Por outro lado, deve reconhecer-se que toda divulgação de assunto de interesse público, como é o caso da presente proposição, está implicitamente autorizado pela Carta Constitucional, porque tais providências são da essência do regime democrático.

Pela aprovação, é o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de agosto de 1980.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Airton Cordeiro, Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 59/80

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, o presente plano de lei objetiva tornar obrigatório o registro diário da análise de leite empacotado vendido no Paraná, bem como sua divulgação, no primeiro dia útil de cada mês, pela Secretaria de Saúde e Bem Estar Social.

Quanto ao ângulo constitucional e legal, já se pronunciou favoravelmente a douta Comissão de Constituição e Justiça.

A justificativa que acompanha o projeto é convincente e não havendo qualquer impedimento quanto ao mérito, que se lhe possa antepor, somos pela Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de setembro de 1980.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Renato Bernardi, Relator

O SR. DÁCIO LEONEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e solicita do Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal).

Responderam à chamada nominal, 34 Srs. Deputados. Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 86/80, de autoria do Deputado Pinto Dias, que autoriza o Poder Executivo a denominar "Arnaldo Faivro Busato" o Posto Estadual de Saúde da cidade de Paranavaí. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. —

PROJETO DE LEI Nº 86/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar "ARNALDO FAIVRO BUSATO" o Posto Estadual de Saúde da cidade de Paranavaí, Estado do Paraná.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1980.

(a) PINTO DIAS

JUSTIFICATIVA:

Ao solicitarmos esta denominação para o Posto de Saúde da cidade de Paranavaí, pretendemos homenagear um dos mais ilustres homens públicos que o Paraná já conheceu. ARNALDO FAIVRO BUSATO foi, realmente, uma das figuras políticas mais expressivas deste Estado.

Sempre exerceu com destaque e dignidade todas as suas atividades profissionais, e o conceito elevado que conseguiu obter junto ao povo, culminou por elegê-lo Deputado Estadual, Deputado Federal, ocupando também, por várias vezes, Secretarias de Estado.

Foi um cidadão que dignificou todos os cargos que assumiu, realizando incontáveis serviços em benefício do povo paranaense.

Paranavaí foi uma das cidades que recebeu muitos melhoramentos em diversos setores, graças ao trabalho desse grande líder.

A atual sede do Posto de Saúde daquela cidade, foi construída graças ao seu empenho. O seu trabalho foi de fundamental importância na concretização da citada obra.

Por esta razão, nada mais justo do que prestar esta homenagem a esse grande paranaense que se foi, mas cuja lembrança está bem viva, gravada para sempre no coração de todo o povo.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 86/80**

PARECER:

Nós, como membros da Comissão de Constituição e Justiça, temos a missão de zelar pela pureza constitucional dos processos que nos são enviados para exame.

No presente projeto de lei, porém, além de dizermos que não vemos nenhum óbice legal à sua tramitação, queremos destacar o acerto e a oportunidade de iniciativa do autor da proposição, que visa designar o Posto Estadual de Saúde de Paranavaí com o nome do saudoso médico e político que muito fez pelo nosso Estado.

Sala das Comissões, em 13 de agosto de 1980.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Renato Bernardi, Relator

**COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 86/80**

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Pinto Dias, o presente projeto de lei visa autorizar o Poder Executivo a denominar de "ARNALDO FAIVRO BUSATO" o Posto Estadual de Saúde da cidade de Paranavaí.

Sobre a matéria, já se pronunciou favoravelmente a douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão, temos a opinar favorável, tendo-se em vista seu teor meritório.

Nestas condições, nosso parecer é pela Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de setembro de 1980.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; David Federmann, Relator

— Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para encaminhar a votação)
Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O projeto de lei de autoria do nobre Deputado Pinto Dias, que denomina Deputado Arnaldo Faivro Busato o Posto de Saúde de Paranavaí, é uma homenagem justa a um grande homem público que tantos serviços prestou ao Paraná no campo social, e com dedicação deu a sua vida em favor da causa pública.

E já que se fala em campo social, hoje, no pronunciamento do Deputado Fiori Luiz, que não me concedeu aparte,

talvez porque não estivesse falando a verdade e não queria ser contestado em suas palavras.

É preciso que se diga também, do grande trabalho que vem prestando a este Estado, o eminente Secretário da Educação, Edson Machado de Souza, que com honradez, com dedicação...

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa faz um apelo ao nobre Deputado que está encaminhando a votação do Projeto de Lei nº 86/80, que encaminhe, efetivamente, a votação do referido projeto.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, estou encaminhando a votação, e fiz uma comparação, há que estamos prestando uma homenagem a um homem que tantos serviços prestou no campo social.

Mas, quero dizer da minha satisfação de ver a apresentação deste projeto, e ao mesmo tempo, Sr. Presidente, solicitar a minha inscrição para falar em Explicações Pessoais, sobre o Sr. Secretário da Educação.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa acata a solicitação do nobre Deputado Gilberto Carvalho para falar em Explicações Pessoais.

Em votação o Projeto de Lei nº 86/80. — **Aprovado.**

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ana Rosa Carvalho de Melo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alfredo Pietrobelli, ocorrido na cidade de Campina da Lagoa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nachi, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Ministro dos Transportes e Secretário dos Transportes, encarecendo seja asfaltado os trechos da Estrada BR-487, que ligam Umuarama - Icaraima e daí em demanda ao Estado do Mato Grosso do Sul. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em sugestão, no sentido de que seja criada uma Comissão Especial para estudo de projeto técnico visando a criação de um sistema de transporte fluvial em nosso Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do Editorial do jornal "Gazeta do Povo", sob o título "O Paraná Caminhando pelos Rios". — **Aprovado.** (O Editorial acha-se publicado no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da República, Ministro da Justiça e Governador do Estado de Pernambuco, consubstanciado em voto de protesto pelo sequestro do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolândia, rogando a sua localização e imediata liberação. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Lázaro Dumont e Nelson Friedrich, respectivamente Presidente e Vice-Presidente da Comissão da Agricultura, lido da tribuna, solicitando o encaminhamento do trabalho, uma síntese sobre os problemas da suinocultura no Paraná a diversas autoridades federais e estaduais. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Concedo a palavra, em Explicações Pessoais, ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvi, com atenção, as críticas dirigidas ao Governo do Estado, especialmente ao Secretário da Educação, e não poderia permanecer calado ouvindo tantas injustiças.

Tentei um aparte que me foi negado; negado porque sabia que seria contestada a sua fala.

O Secretário da Educação, que eu considero um dos melhores que já passou por aquela Secretaria, que tão logo assumiu aquela pasta procurou visitar o interior em todo o Estado, tomando conhecimento da real situação em que se encontrava o ensino neste programa do Governador Ney Braga, que é voltado para o campo social de valorização à pessoa humana.

Um Secretário que procurou normalizar a situação dos professores suplementaristas que viviam intranquilos e já se comentava até que o professor precisava, além de fazer um curso numa faculdade de filosofia, ele dependia também de fazer um curso de judô para a disputa das aulas que seriam distribuídas, ano por ano.

Preocupou-se o Sr. Secretário também, com aqueles professores que estavam separados de suas famílias, porque não conseguiam transferência. Às vezes o esposo em um lugar, e a esposa, em outro.

Preocupou-se em levar esta situação ao Governador do Estado, e quando se falou que o Estado gasta 25 por cento do seu orçamento com o ensino, não é verdade. O Estado do Paraná é o Estado que tem uma percentagem maior do que todos os demais Estados, 34,6 por cento do seu orçamento é aplicado no ensino.

E agora, mais uma demonstração, o Secretário da Educação deu, há poucos dias, quando foi feita a distribuição dos recursos da FUNDEPAR, dentro das suas possibilidades para ajuda aos municípios no pagamento aos professores, cuja distribuição é feita com uma obrigação, de que o município pague o professor dentro de um critério superior ao salário.

E, vendo que a quantia não era suficiente para a manutenção desta rede escolar municipal, houve por bem em pedir em cada município, um levantamento do que o mesmo gasta com a rede municipal de ensino.

E, dentro dos seus poucos recursos, ainda conseguiu, agora neste mês, distribuir mais uma cota suplementar para o pagamento dos professores.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado, estamos assistindo Vossa Excelência discorrer sobre o problema da Secretaria da Educação.

Quero dizer a Vossa Excelência e aos homens que estão incentivando, fazendo a insuflação de uma greve desnecessária, que o Paraná tem sido muito feliz, a ARENA tem sido feliz com os Secretários desde o tempo do Dr. Cândido, que foi um excelente Secretário, e o Dr. Borsari.

E agora nós, os remanescentes da ARENA, que pertencemos ao PDS, também somos felizes, porque sempre a Secretaria da Educação sempre e sempre com a orientação desse grande líder que é Ney Braga, que tem dado todo o seu apoio moral, financeiro para a classe do professorado.

Só que a regra do jogo é diferente.

Os nossos Secretários não procuram insuflar greve, não procuram jogar professores nobres, magnânimos, da estirpe de Pestalozzi, que como pobre ensinou os pobres a viver, ensinando de graça. Não procuramos fazer isto, não procuramos fazer greve, porque não sabemos a técnica moscovita. Sabemos "apenasmente" trazer ao Paraná, seguir os ditamos deste grande líder que é Ney Braga, que como Ministro da Educação trouxe ao Paraná, os benefícios que o Paraná merecia.

O Sr. Fiori Luiz — Sem favor nenhum, Deputado.

O Sr. Gabriel Manoel — Então me permita fazer um aparte

democrático. E queria dizer a Vossa Excelência, dizendo daquele provérbio árabe: "Os cães ladram enquanto a caravana passa".

O nosso Secretário, do Governo Ney Braga, muitas vezes ríspido com os nossos companheiros, mas olhando sempre em frente e de frente para os professores, para esta classe que muitas vezes não é compreendida, por falta, muitas vezes, de verba. Mas é uma classe inteligente e que não há de ser, Deputado, elementos que procuram insuflar, elementos que não trazem nada, elementos que trazem idéias vazias, que hão de tumultuar esta classe trabalhadora que é a classe dos professores.

E digo a Vossa Excelência mais uma vez, desde o tempo de Cândido Manoel Martins como Secretário da Educação, até hoje o Paraná foi feliz, com Borsari Neto, com Candinho, e agora com o Dr. Edson.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço, nobre Deputado, e conhece Vossa Excelência muito bem, pelo atendimento que dá na sua região e aquilo que se vem fazendo no Estado do Paraná, em favor da educação.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Agradeço a Vossa Excelência, e na oportunidade, quise-mos solicitar do nobre Deputado Fiori Luiz um aparte. Mas, como vimos que ele não concedeu aparte nem ao nobre Deputado Gabriel Manoel nem a Vossa Excelência, aproveitamos a oportunidade agora, para dizer ao nobre Deputado Fiori Luiz que apareceu uma magnífica oportunidade de ele atender os professores do Paraná.

Está aí a Proposta Orçamentária onde o Governo do Estado, preocupado com os problemas do Professor, destinou não apenas 25 por cento do Orçamento, mas 34,6 por cento do Estado exclusivamente à Pasta da Educação.

Então, está aí a oportunidade do nobre Deputado Fiori Luiz, de deixar de lado a sua demagogia e por em prática aquilo que ele apregoa de sua tribuna, que é uma melhor remuneração ao professor. Ele que emende o Orçamento do Estado e que apresente um contra-orçamento.

Retire de algumas Secretarias que ele considere dispensáveis, as verbas, ou da Secretaria de Saúde, ou dos Transportes, ou de Cultura, de qualquer Secretaria, ou de Recursos Humanos ou de Administração, e que inclua na Educação. Que pare o Paraná, para se remunerar melhor o professor.

Nós reconhecemos que o professor está defasado. Mas não é só o professor. Está o operário, está o Deputado, está o comerciante, está o industrial. É uma situação de verdadeiro debate da economia ocidental a situação que o mundo assiste hoje. É um problema de falta de recursos. Todos estamos defasados, todos. A vida ficou difícil para todo o mundo.

Agora, por que mais essa demagogia, por que ir à tribuna e incitar o professor e os pais de alunos à greve? Por que isto?

Será que a Oposição busca tirar proveito político disto? Por que não os tirou o ano passado? Uma greve foi promovida pela Oposição, nas eleições passadas, e quem venceu foi a ARENA, aqui está a maior bancada.

O povo não acredita mais nas cassandras, nos coveiros da democracia. Esta gente fala em democracia da boca para fora, mas sabemos que ele recebe instruções, dados e subsídios. Assessoria permanente sabemos de quem recebem; esperam enganar a platéia, mas não os homens experientes.

Está aí a oportunidade, nobre Deputado, hoje, agora que a Oposição realmente encontre dentro da proposta orçamentária, uma forma de melhor remunerar o professor que reconhecemos, precisa ser melhor remunerado. Reconhecemos isto. Está aí a oportunidade. Se virem as propostas, a nossa bancada as aceitará.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço, nobre Deputado,

seu aparte que vem enriquecer o nosso pronunciamento, e dizer que confiamos nesta laboriosa classe dos professores.

Sabemos — como bem frisou Vossa Excelência — que o professor não tem uma remuneração que gostaríamos que tivesse. Todas as Classes passam por dificuldades neste momento por que passa a nossa Nação, e precisa da contribuição e da participação de cada brasileiro no desenvolvimento desta Pátria, garantindo um futuro mais tranquilo para esta nova geração que vem. Não é nos preocuparmos só com o presente, mas com a garantia do futuro.

Se o Governo não tem feito o que é necessário, tem feito o que é possível, dando ao professor aquilo que tem condições de dar e, acima de tudo, a tranquilidade, para que ele possa ir para uma sala de aula certo de que não será dispensado no dia de amanhã, com as medidas adotadas pelo Secretário da Educação.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho em Explicações Pessoais, para me congratular com o Deputado Lázaro Dumont, a respeito de um requerimento, já aprovado, com o qual estamos de pleno acordo. Só não levamos a nossa posição no encaminhamento de votação ou no turno de discussão do requerimento, exatamente para não entrar o seu encaminhamento e sua eventual aprovação ou retardamento da mesma, tendo em vista a oportunidade da sua colocação.

É um assunto referente, Sr. Presidente, ao seqüestro de Vicente da Costa Coelho, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolândia. A "Folha de São Paulo" de hoje, retrata o assunto, além de telegrama que lemos acompanhando o requerimento do eminente Deputado Lázaro Dumont.

É uma contradição, Sr. Presidente, que agrava a liberdade democrática e, sobretudo, a formação legítima dos sindicatos representativos deste País. Fala-se muito em abertura, fala-se muito em regime democrático, e no entanto, a cada instante, tem-se notícia de prisões, de ameaças, de bombas e até de seqüestros, como é o caso deste líder sindicalista.

Outro aspecto importante, Sr. Presidente, e que precisa receber o repúdio, pelo menos de nossa parte, é que, além de ser interrogado na sede do Sindicato por elementos da Polícia Federal, foi movido a responder as indagações feitas por estes elementos da Polícia, que começaram a insultá-lo. Após isto, ainda, ameaçaram-no de morte.

É de se perguntar, Sr. Presidente: que País é este que fala em democracia e exerce a repressão, o esmagamento da personalidade, e cria obstáculos para o desenvolvimento das liberdades humanas; e sobretudo das liberdades das organizações sindicais?

A notícia também, Sr. Presidente, que o requerimento não abordou, mas que tomamos conhecimento há poucos instantes, de que uma funcionária da FETAP, que é a Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco, estaria também sofrendo injunções da Polícia Federal, lá em Pernambuco. E esse telegrama, expressando o repúdio formulado pelo Presidente da CONTAC à FETAEP, representa bem a preocupação das Federações e de toda a organização sindical da agricultura no Brasil.

Aqui no Paraná, temos visto, inclusive ontem se discutiu muito a respeito do problema sindical, do General Massa e os problemas de natureza da Delegação Regional do Trabalho.

O que precisamos fazer, Sr. Presidente, é colocar, não só a nossa posição, mas também deixar aqui a nossa estranheza ao Ministro da Justiça e ao próprio Governo da República, que

não têm tomado providências em vários problemas, movidos não só pela Polícia, mas também da chamada extrema direita.

Muito obrigado, Sr. Presidente - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 03, sexta-feira, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTÔNIO FACCI, EM SESSÃO PLENÁRIA DO DIA 02 DE OUTUBRO DE 1.980

"O PARANÁ CAMINHANDO PELOS RIOS "

O jamais esquecido jornalista paranaense, J. E. Erichsen Pereira, na abertura dos três volumes dos "Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá", do Prof. Júlio Estrela Moreira, dizia que "a história da Humanidade é uma história de caminhos que se aprofundam, que se alargam, encurtam-se e aplainam, para levar e trazer valores materiais e culturais".

Os paranaenses foram, sempre, uns fascinados pelas histórias de seus caminhos e o próprio Erichsen Pereira, no pequeno e memorável livro que escreveu sobre esse tema, revela-se paranistamente, um ufanista das caminhadas de nossa gente. Cita inclusive, nossas andanças e de muitos homens de Palmeira que, varando sertões, "levando e trazendo valores materiais e culturais", foram até os confins do Rio Grande do Sul fundando Palmeira das Missões.

O Paraná de agora, quando já ocupamos nossa últimas divisas territoriais, continua sob o fascínio de suas estradas e chegamos a medir, até mesmo, a capacidade de realização de um Governo pelos quilômetros de rodovias, num repetitivo conceito de Washington Luiz, de que "governar é abrir estradas. . ."

Se com a redemocratização brasileira a primeira eleição direta para a governança, em 1947, começamos a pensar na ferrovia da Central do Paraná, ligando Apucarana a Ponta Grossa e daí ao porto de Paranaguá, estávamos definindo, assim, uma política econômica de nossos caminhos, construindo, soluções para o que seriam agora, os grandes "corredores de exportação". A BR-277, já mais recente, levou o rodoviarismo até os limites com o Paraguai, facilitando a integração do Oeste e Sudoeste, que se vão incorporar, definitivamente, com essa ambicionada "Ferrovia da Soja", para a qual temos tido tão pouco peso político decisivo na República.

Vem-nos agora, Hein Theo Schaapveld, Embaixador do Reino dos Países Baixos (Holanda), na sua visita recente a Curitiba, para sublinhar, com sua presença, dois fatos. O primeiro está na afirmativa de que seu país, que tem tecnologia para isto, acha-se interessado em estudar projeto visando a criação de um sistema de transporte fluvial paranaense. O segundo, de conteúdo cultural, foi de presidir a programação de "Flagrantes da Holanda", na Biblioteca Pública do Paraná. E neste acontecimento, destaca-se a conferência de Van den Besselaar, vindo da Holanda, sobre Erasmo de Roterdã. O grande humanista holandês do Renascimento, no seu "Elogio da Loucura" (1501), ou no "De Libero Arbitrio", é sempre, um moderado, equidistan-

ciando-se das facções dos católicos e dos protestantes, levando, no seu túmulo, esculpida, o "Nulli Cedo", que afinal, é a marca de sua moderação, Fiquemos, pois, nos traços, não só da contribuição de Erasmo à formação do espírito ocidental, mas na essência do povo holandês, pequeno populacionalmente, mas que se agiganta na luta contra o mar, para que possa, nos seus "poolders", fazer terras para nelas agricultar sua subsistência. Ou então, no que ele é em decisão, quando, num conflito com a Alemanha, devido à bravura do povo de Leyden, perguntado o que deseja como botim de guerra, foi-lhe respondido que pretendiam uma universidade... E a contribuição que a Universidade de Lyden deu à própria humanidade, é conhecida por qualquer professor ou aluno de física e química.

Os holandeses, na palavra do Embaixador Shapveld, querem abrir conosco, as gentes do Paraná, não só os caminhos desses núcleos existentes nos Campos Gerais, mas reviver, ampliadamente, andanças mal esboçadas dos primeiros caminhos que fizemos historicamente pelos nossos rios. O povo dos Países Baixos tem "know-how" para isso e sabe do potencial econômico do Paraná, num Estado que se vê diante da morte gradativa do furor rodoviário, possível antes do "oil shock" de 73, quando o barril de petróleo estava nos dois dólares. Como — perguntamos — será possível até mesmo manter a atual malha rodoviária paranaense, quando guerras falam sobressaltos até de sobrevivência da economia brasileira para poder movimentar-se? Um quilômetro de estrada asfaltada, hoje, caminha — na exagerada e fantasiosa figura de imaginação — para custar uma "Serra Pelada" no que ela possui em potencialidades de ouro...

Temos que abrir caminhos fluviais, pensar equilibradamente, com moderação, fugindo de soluções extremistas e irreais, na própria linha do pensamento de Erasmo, que formulava — num sentido filosófico, é claro — sua ordem de idéias. É previsto voltar e fazer o que realizamos poquíssimo na história dos caminhos do Paraná: aproveitar nossos rios, procurando entender que o "desenvolvimento juscelinista" da década dos 50, só foi possível porque os árabes não tinham o cartel openiano e sequer poderíamos imaginar provável a finitude dessa energia fóssil.

O difícil, na consciente certeza que todos temos que as águas são "caminhos" econômicos muito mais viáveis, é voltar o melhor e mais decidido esforço para "levar e trazer valores materiais e culturais" — como já dizia Erichsen Pereira — usando-se nossos rios. O dia que tivermos flexibilidade político-administrativa para buscar soluções diante dessa meridiana e clara certeza do valor dos nossos cursos d'água, estaremos nas mesmíssimas condições daqueles holandeses de Lyden que desejaram, na vitória, uma universidade para seu povo, na premonitória certeza da importância de seus caminhos, para o melhor desenvolvimento."

ATOS DA DIRETORIA GERAL:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 629/80

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de MARCIONILIO SANCHO CAMBUHY, matrícula

nº 177, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar.

(Protoc. nº 1134).

PORTARIA Nº 630/80

conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre os vencimentos de CELSO FARACO, matrícula nº 237, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 171, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 16 de março de 1980, data que completou trinta e dois (32) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).

(Protoc. nº 8671).

PORTARIA Nº 631/80

designar, IVAN BORGES DE SAMPAIO, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do PMDB.

(Protoc. nº 9120).

PORTARIA Nº 632/80

designar RUY FONSECA PEREIRA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Serviço de Segurança.

(Protoc. nº 9007).

PORTARIA Nº 633/80

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de IVO GUSSO, matrícula nº 264, ocupante do cargo de Assistente Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 31 de março de 1975 e 31 de janeiro de 1979, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio, e das férias de 1974, 1975, 1976 e 1977, contadas em dobro.

(Protoc. nº 7426).

PORTARIA Nº 634/80

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de ANNA ROSA BELLO VIANA, matrícula nº 324, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 09 de novembro de 1975 e 09 de setembro de 1979, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio, e das férias de 1975, 1976, 1977 e 1978, contadas em dobro.

(Protoc. nº 7251).

PORTARIA Nº 635/80

transferir para 1.º a 30 de dezembro de 1980, as férias concedidas pela Portaria nº 087/80, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

ROGÉRIO ANTÔNIO DE SOUZA NASCIMENTO
DORIVAL DELAGASSA

(Protoc. nº 8936).

PORTARIA Nº 636/80

transferir para 1.º a 30 de dezembro do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria nº 087/80, ao funcionário LEONILDO MARCHIORO, matrícula nº 376, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. nº 9013).

Gabinete da Diretoria Geral, em 01/10/80

(a) LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP

Diretor Geral

PORTARIA Nº 637/80

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de JOSÉ GUILHERMINO FILGUEIRAS, matrícula nº 509, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio compreendido entre 20 de fevereiro de 1969 e 20 de dezembro de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1966, 1968, 1970 e 1971, contadas em dobro;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio compreendido entre 20 de dezembro de 1972 e 20 de outubro de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias referentes aos anos de 1972, 1973, 1974 e 1975, contadas em dobro; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, nos termos do Art. 170, da mesma Lei 6174, a partir de 20 de agosto de 1980, data que, em razão das incorporações retro, completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

(Protoc. nº 7777).

PORTARIA Nº 638/80

conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre os vencimentos de WALTER ADÃO PINTO DE MACEDO, matrícula nº 036, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 171, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1980, a partir de 21 de agosto de 1980, data em que completou trinta e três (33) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

(Protoc. nº 7549).

Gabinete da Diretoria Geral, em 02/10/80

(a) LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP

Diretor Geral

DEPARTAMENTO FINANCEIRO – CONTADORIA GERAL
BALANCETE DO MÊS DE AGOSTO DE 1980

ATIVO		PASSIVO	
DISPONÍVEL		LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS	
201.101 – Tesouraria	1.250.040,03	PESSOAL	
EXECUÇÃO DA DESPESA		211.101 – Venc. e Vantagens Fixas	105.100.000,00
202.111.11 – Venc. e Vantagens Fixas	104.931.399,13	211.102 – Desp. Variáveis C/P/Civil	62.470.000,00
202.111.12 – Desp. Variáveis C/P/Civil	62.098.468,71	211.103 – Contribuições de Prev. Social	2.400.000,00
202.111.21 – Contribuições de Prev. Social	2.356.140,52	211.104 – Outras Obrigações Patronais	230.000,00
202.111.22 – Outras Obrigações Patronais	182.255,83	211.105 – Inativos	39.100.000,00
202.112 – Material de Consumo	5.445.522,17	211.106 – Pensionistas	7.800.000,00
202.113 – Serviços de Terceiros e Encargos	51.733.426,09	211.107 – Salário-Família	1.250.000,00
202.114 – Desp. dos Exerc. Anteriores	647.201,15	211.108 – Outras Transf. a Pessoas	120.000,00
202.121 – Subvenções Sociais	11.667.750,00	OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	
202.122.1 – Inativos	38.917.958,14	211.201 – Material de Consumo	4.700.000,00
202.122.2 – Pensionistas	7.699.165,44	211.202 – Serv. de Terceiros e Encargos	41.709.440,00
202.122.3 – Salário-Família	1.223.163,60	211.203 – Desp. dos Exc. Anteriores	500.000,00
202.122.4 – Apoio Financeiro a Estudantes	4.234.000,00	211.204 – Subvenções Sociais	11.667.750,00
202.122.5 – Assist. Médico-Hospitalar	2.625.000,00	211.205 – Apoio Financeiro a Estudantes	4.234.000,00
202.122.6 – Outras Transferências Pessoais	239.520,43	211.206 – Assist. Médico-Hospitalar	2.625.000,00
202.131 – Obras e Instalações	14.472.148,76	CAPITAL	
202.132 – Equip. e Material Permanente	499.269,00	211.301 – Obras e Instalações	14.500.000,00
CONTAS PENDENTES		211.302 – Equip. e Material Permanente	700.000,00
203.101 – Despesas Diferidas	3.117,94	CREDITORES	
203.201 – Outras Contas Pendentes	24.105,50	212.101 – Despesas Empenhadas	4.628.868,48
		213.101 – Despesas Processadas	2.965.440,39
		213.20 – Folha de Pagamento	- 0 -
		CONTAS PENDENTES	
		215.101 – Outras Contas Pendentes	370.804,55
		RESTOS A PAGAR	
		216.10 – Empenhadas	658.847,44
		216.209 – Processadas Creditores	- 0 -
		216.30 – Cred. em Consignações	- 0 -
		216.405 – Proces. Folha de Pagamento	658.847,44
		CREDITORES DIVERSOS	
		217.10 – Consignações	2.516.501,58
TOTAL DO ATIVO	310.246.652,44	TOTAL DO PASSIVO	310.246.652,44

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO" em 03 de setembro de 1980.

a) DIRETOR FINANCEIRO

a) CONTADOR GERAL